ASPECTOS HISTORICOS DA LINGUA NACIONAL NO CEARÁ

FLORIVAL SERAINE

Seria não apenas curioso, mas revestido de importancia filológica, um estudo histórico do português em nosso Estado, seguindo-lhe gradualmente as transformações que por ventura haja sofrido, desde a época em que começou a ser falado no Ceará até a de sua normalização regional, quando passa a adquirir o aspecto linguístico hoje revelado.

— Quais as características gramaticais e lexicológicas do linguajar dominante nos tempos das primeiras colonizações? Como falavam os nossos mamelucos? — As relações entre o idioma vindo de além-mar e as línguas faladas pelos aborígines, compondo um dos aspectos integrantes do processo de "aculturação"? Como recebeu o português, língua culta, com séculos de vida, em face do novo ambiente cósmico, as manifestações linguísticas das tribos selvagens, ainda no período neolítico? — Até que ponto as influências negras? São perguntas a que só nos é dado responder imprecisamente, pois os documentos escritos que nos ficaram dos séculos XVI, XVII, e mesmo XVIII, de interesse propriamente regional, quando não são de autoria portuguesa, em geral documentos de carácter político, apresentam-se grafados no português imperante áquela época na escrita. Apenas são de registar alguns vocábulos, de procedência indígena, que já aparecem, mesmo na correspondência de Martim Soares Moreno e de outros lusos aportados ao norte do Brasil no primeiro quartel do século XVII.

Demais, considerando-se—de acordo com Bally—"as razões de ser e as condições de existência da língua escrita essencialmente diversas das da língua falada", podendo aquela copiar a esta mas sempre com um carácter de transposição ou deformação, maiores dificuldades ainda se nos deparam á consecução de trabalhos com fundamento vital acerca do tema. Por outro lado, devemos notar que — segundo observa Saussure — a

língua evolve sem cessar, enquanto que a escrita tende a imobilizar-se; "o que fixa a pronúncia de um vocábulo não é a sua ortografia, é sua história" (1).

Entretanto, julgamos curioso observar certos factos ocorrentes em documentos sem carácter literário, dessa época, como sejam: cartas, ofícios, certificados, relações, que podemos folhear em reprodução, na colectanea organizada pelo Barão de Studart, e em alguns números da Revista do Instituto do Ceará (V. "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará" — 1.º volume (1608-1625) — pelo Dr. Guilherme Studart — Tip. Studart — Fortaleza, 1904).

O primeiro documento publicado na aludida obra é a "Relação do Maranhão", pelo Padre português — Luís Figueira (dirigida ao Prepósito Geral da Ordem de Jesús, Cláudio Aquaviva). E' datada de 26 de Março de 1608, porém o historiógrafo cearense considera que "da leitura do Doc. vê-se que Luís Figueira devia datá-lo de 609 e não de 608". Além dos arcaísmos, termos hoje erradicados da linguagem culta e circulantes na fala rural ou da plebe, de que, aliás, ainda nos ocuparemos, são dignas de menção, neste escrito, algumas expressões indígenas, a saber: *mandioca, macacheira, tugipares* ou *tujupares, urucu, querimbaba, morubixabas, pindoba, maracás* (uns cabaços com uns feijões dentro), *nheengaraybas* (mestres de capela), *canindés, maniçoba, erejupe* (modo de dar as boas vindas), *tapuyas;* topónimos, a exemplo de: *Abayara* (um lugar ao pé da Ibiapaba); *Ceara* ("rio, 25 léguas além de jagoaribe"), *Jagoaribe* ou *Jaguaribe, Ibiapaba, Pernambuco, Aracategi* (um rio); antropónimos: *Aracajuy, Mandiaré,* António *Carajbpocu* (esforçado índio e benfeitor dos padres); denominações de tribos ou nações aborígines: *pitiguares, cararijus, jagoariguaras,* etc. Surgem os topónimos *Maranhão* e *Amazonas,* grafado este também *Almazonas.* Chamamos a atenção para as grafias *brasil, mamaluco;* para a forma *Yesu,* que busca reproduzir a pronúncia da palavra *Jesus,* por um índio; para o uso de *bugios* em vez de *macacos,* vocábulo que não aparece escrito nesse documento. E, ortograficamente, ainda merecem registo as inúmeras abreviações

(q' = que, p^{r}. q' = porque,
p^{a}. = para, p^{r}. = por,
m.^{to} = muito, D^{s} = Deus);

o uso do til sobre a vogal, em lugar das consonancias *m* e *n* seguindo-se a ela (*cõ, brãcos, cõnosco, grãde*).

Em outros documentos das primeiras décadas do século XVII deparamos com as grafias de expressões indígenas: *Ibigapaba, Iguapaba* (Serra de), *Guapaba,* as três referentes, sem dúvida, ao mesmo topónimo — *Ibiapaba; Taparyba, pnãbuco, Camozi, Ybirassangas,* ("duros paos, largos e compridos"); *Tabajaras, Yguape* (enseada), *Macoripé* (enseada muito

quieta, antigamente porto dos franceses), *cajus, mangavas, Jacaúna* (senhor de quatro aldeias de índios), *Upessem, Toi coara* (nome de uma serra), *tapioqua e iagoara* (nomes de índios), *Tapocuru* (designação de um rio), etc. O vocábulo *inhame,* denominação botanica, aparece num desses documentos. O nome Ceará aparace grafado das seguintes formas: *Ccará, Siaraa, Cyará, Seara, Seára.*

Numa "Relação do Ceará", da autoria de Martim Soares Moreno, datada de 1618 (págs. 133 a 140 da obra citada, do Barão de Studart), encontramos os termos indígenas segs.: — *uburaquatiara* ou *buraquatiara,* nome de um pau abundante no País, "o melhor que até agora se ha descoberto, por ser como damasco"; *tatagiba* (pau de tinta); *Ponaré* (nome de uma serra); além de outros já mencionados. Moreno se refere á região como sendo *"Provincia do Jaguaribe e Seara e Mel Redondo".* A dicção *tapuias* vem grafada *tapoias* ou *tapoyas; mameluco* escrito geralmente *mamaluco.* Observa-se, pois, que não havia uniformidade na grafia dos vocábulos indígenas, devido á dificuldade de percepção exacta dos fonemas e mesmo de certas formas elocutivas das línguas dos aborígines, acrescido o facto dos defeitos prosódicos portugueses, como troca do *v* pelo *b,* que haviam por certo de se manifestar na reprodução gráfica dos termos indígenas. António Bezerra faz observações interessantes a respeito, lembrando ainda que os colonos aportuguesavam os vocábulos indígenas, tornando-os pouco a pouco mais harmoniosos ao ouvido (V. "O Ceará e os cearenses" — Fortaleza, 1906 — Editor Assis Bezerra — Pags. 112 e 120). O resultado foi surgir diversidade nas interpretações etimológicas, quando os estudiosos buscavam desvendar o primitivo sentido de certas palavras, mormente topónimos.

O nome *Ceará,* por exemplo, para o qual já foram apresentadas inúmeras etimologias, aparece — como vimos — grafado de maneiras diferentes. (V. ainda, a proposito, a obra cit. de Bezerra, no capítulo — "A língua indígena — O nome Ceará").

Entre os documentos da primeira metade do século XVII destacamos curiosas missivas do frei Cristóvão de Lisboa a um seu irmão, escritas entre 1626 e 1627.

Um dos vocábulos que aí se encontram é *guayaba,* um antilhanismo —seg. Urena — provavelmente de origem taína, "de tipo arahuaco". (V. "El espanol en Santo Domingo" — Pedro Henriquez Urena — pags. 124 e segs.). Segundo esse autor, que é, por certo, uma das maiores autoridades em dialectologia do nosso Continente — "na América, conquistadores e colonizadores ao chegarem a países novos, designavam as coisas americanas com os nomes já aprendidos nas Antilhas, regiões de colonização iniciada anteriormente". Assim chegou até nós *guayaba* ou *guayava,* que deve ser a pronúncia original; refere-se a umas ilhas no documento onde encontramos o termo. De igual procedência é o substantivo *batata* e são alguns outros nomes, generalizados em nosso País. (Cf. "Diccio-

nário de Americanismos" — A. Malaret — pags. 281 e 63 — 2a. edição — e "Vocabulário de Puerto Rico" — Ib. — págs. 186 e 187).

Na época a que nos referimos usava-se de um estilo bem diverso do empregado hodiernamente, estilo esse que, entre nós, sempre algo recuados literàriamente, só começa a desaparecer no século XIX e — como bem acentua João Ribeiro — se ressente das influências literárias do tempo, de origem latina e italiana, ao passo que ao estilo contemporaneo marca o influxo do estilo francês, que lhe transmitiu mais claridade, evitando o hábito da ordem inversa e renovando sob moldes novos o vocabulário ("Curiosidades verbais" — pág. 99). São os influxos da corrente romantica que amplamente transformam o estilo, caracterizando-o por "periodos mais curtos, ordem menos transposta e adjectivação abundante".

Consoante já referimos, são inúmeras as expressões que nos interessam nesses documentos, por coincidirem com formas obsoletas da linguagem de nosso tempo.

A um exame que fizemos á citada "Relação do Maranhão" verificamos as seguintes grafias: *somanas, pollos, pollas, agardecido, prantassem, fruito, rezão, coresma, ajejuei, Anrique;* o termo *matéria* com a accepção de pús, que ainda hoje é corrente entre o povo, bem como a forma *instancia* correspondente a *insistência.*

Em um documento, da lavra de Martim Soares Moreno, considerado o primeiro colonizador do Ceará, se nos depara *assistir,* significando morar algum tempo, residir, ainda usual nas camadas rústicas. Este documento é — segundo o editor da obra — de 1618.

Outro escrito, da autoria de Bento Maciel Parente (12 de Novembro de 1618) — capítulos que esse capitão apresenta "contra ho capitão Jeronimo d'Albuquerque e seus ffos. a saber Antonio d'Albuquerque e Mathias d'Albuquerque", traz: *almazem, dezasete, exprementado, hatiranizar, imleição, detriminou, alevantamento, milhor, custume, rezoens, Bertolameu,* grafias essas que correspondem á pronúncia popular, dos incultos, sendo que *milhor* e *custume* — segundo já indicámos — são generalizados, peculiares ao linguajar cearense de todas as classes sociais.

Além desses casos fonéticos, no aludido documento são usadas certas expressões, correntes neste Estado ainda hoje, porém um tanto evitadas pelas pessoas cultas: *peita,* como sentido de contrato ilícito, suborno; *paga* equivalente a pagamento; *cobrar,* com a accepção de adquirir, recuperar; *mercar, mercado,* respectivamente significando vender, mercadejar, e porção de mercadoria vendável; *useiro* e vezeiro, correspondendo a acostumado, habituado; *remiço,* com o significado de rebelde, insubordinado; etc., etc.

Em outros manuscritos que nos ficaram do mesmo período — primeiras décadas do século XVII — como as missivas de Fr. Cristóvão de Lisboa, observamos ainda as formas coincidentes com a pronúncia popular de hoje: *treição, pertendo, tabalião, mior, dezasseis;* o uso de expressões como: *tratos,* na accepção de negócios, transações; *magotes,* na de grupos;

prefazer, em lugar do moderno culto perfazer; o *casco da cabeça*, tão do uso popular; *por amor de*, hoje ocorrente no seio da plebe sob a forma *pru modi* ("Que o forte do Rio Tapocuru se fez *por amor dos salvagens* não virem pello Rio abaixo destruir as fazendas"... trecho de umas "Informações e avisos de Antonio Monis Barreiros sobre o Ceará e o Maranhão", com data de 2 de Agosto de 1623).

Como notas de interesse sobre a escrita imperante naqueles períodos remotos lembramos que os nomes próprios ainda vêm muitas vezes iniciados por letra minúscula, a terminação de nomes plurais *ões* é grafada *oens*, e, em grande números de termos, as vogais átonas *e* e *o*, isto é, sobre que não incide o acento tónico, são substituídas por *i* e *u*, de acordo com a pronúncia dominante no Ceará de hoje: *milhor, mior, inviei, descubrir*. Aliás, essa observação ortográfica vamos ainda realizar posteriormente em vários documentos datados do século XVIII, como uma correspondência de Jerónimo da Paz, fidalgo português servindo no Brasil, ao Capitão General; uma exposição sobre a Capitania do Ceará, da autoria de Bernardo de Vasconcelos, tambem português, residente então em nosso País, a Rodrigo de Sousa Coutinho; em uma "Notícia Geral da Capitania do Seará Grande", subscrita por João de Azevedo Coutinho de Montauri; em documentos firmados por Bento Maria Targine, lusitano que se destacava, aquela época, no Ceará; além de algumas cartas régias. Anotamos estes exemplos: — *rizistem, simillhante, descuberto, custume, disgraçado, rial, benificio, impregar, algudão, dispotismos, pulidas, disvello, expusição.*

Atingimos aqui um tema já debatido em Filologia histórica, tanto mais embaraçoso quanto não nos podemos certificar do valor fonético das vogais no português antigo, para poder identificá-lo exactamente através da palavra escrita. Ainda hoje verificamos que, embora escreva os vocábulos de um modo, o português os pronuncia de forma diversa, destacadamente quando se trata da emissão de sons correspondentes a vogais átonas ou breves. O já citado filólogo sergipano, que abordou o assunto com proficiência, escreve: — "A vogal — *e* — quando átona, isto é, não acentuada, tem um som especial que se aproxima do *u* pronunciado de modo surdo e muito breve. Compare-se a prosódia da palavra *pessoa* nos dois países da língua comum. "Mas é bem certo que não herdámos essa pronúncia do — *e* — átono, e os próprios portugueses tiveram a este respeito muitas vacilações antes e mesmo depois da disciplina literária e gramatical do idioma. Esse é o aspecto que nos interessa examinar porque é ao mesmo tempo diferencial entre os dois países. Em tais casos, os portugueses de outro tempo não sabiam muito bem se deviam dizer *e, i* ou *u* ou mesmo *o* átono com o som de *u*" ("Curiosidades verbais", págs. 86 e 87).

Nos documentos do século XVIII a que nos reportamos merecem assinaladas, a par das seguintes formas expressionais, desusadas no Ceará em todas as camadas sociais: — *defença, intermeter, longetura, inquarencias, majoraes, vexamen, felices*, as que a seguir nomeamos, abandonadas pelas pessoas cultas, nos tempos actuais, mas comuns ao linguajar da plebe e dos

sertanejos: — *laborar; pessuidas; rezão; Chanches; dezassete; tabaleão; dezinquietação; corgos; ao depois; adonde; assistirem* (na accepção de *morarem*); *bofe; madornas; assentado; detrimina; tenção,* que na linguagem culta, desde o século XIX vai cedendo lugar com o mesmo significado, em certos casos, a *intenção; botica,* expressão esta que ainda encontramos no século passado, na imprensa local, em substituição a *farmácia,* hoje geral entre os cultos. As formas *hua* e *algua,* coincidentes com a pronúncia geral da região, são então as habituais. Empregados na linguagem literária ainda hoje, verificamos os termos: *excogitado, plaino.*

Chamaram-nos a atenção, pelo facto da grafia corresponder á pronúncia verificável entre nós, os seguintes casos: *fertis* e *inabil,* está, aliás, a verdadeira grafia fonética do vocábulo, recomendada também em alguns léxicos, ao lado de *inhabil;* e por corresponder á que ouvimos actualmente de portugueses, estas outras: *matrialismo* e *avirguar.*

Na onomástica local salientamos, ao exame desses documentos, as designações de procedência indígena, que se seguem: — *Kareris* ou *Kariris, Kariu, Muqueim, Siará* (Capitania do Siará Grande), *Acaracú, Aracati, Camozi, Aquiraz, Jaguaribe;* bem como, de procedência europeia: Sobral, Crato, Montemor, Arronches.

Palavras indígenas, a exemplo de *caboclos* ou *tapuyas* aparecem também, assim como *curumi.*

Observando o carácter antiquado de certas formas ortográficas da época, assinalamos: o ditongo nasal do fim de vocábulos, que hoje se escreve *ão,* grafado em *am,* sendo tónico (*senam, Brandam, capelam, nam, Capitam;* e o fenomeno contrário, quando postónico, em terminações verbais (*forão, brigarão*), irregularidade no uso de consoantes e mesmo algumas vogais, dobradas; e, destacadamente, indistinção do valor fonético na grafia do *s* intervocálico (*fasa* por *faça, satisfasa* por *satisfaça*). Isso que para o nosso tempo constituiria grave erro ortográfico — observa um estudioso — não o deveria ser então, pois a ortografia usada indica que não se achava sistematizada a duplicação das letras em identidade com aquelas épocas, em que os escribas dobravam ou deixavam de dobrar ao acaso, como calhava — no começo, no meio ou no fim da palavra" (V. Mota Assunção — "Origem e Ortografia da Língua Brasileira" — págs. 77 e 78).

Saíd Ali não adopta exactamente este modo de pensar e, embora considere a aparência estranha e desnecessária da geminação de certas consoantes, como nos casos onde *r* é sempre rolado e *s* sempre surdo, em princípio de vocábulos e em posição interna após consoante ou vogal nasal, da ortografia antiga, lembra que em parte essa duplicação se explica, desde que se leve em conta o antigo sistema de escrever. Dessarte, pondera: "Os proclíticos vinham, de acordo com a pronúncia, frequentemente ligados á palavra seguinte, como *desseu* por *de seu, asseu* por *a seu, ossexto* por *o sexto, orreyno* por *o reino,* e os enclíticos uniam-se á palavra precedente, não se recorrendo ainda ao emprego do sinal hífen; de sorte que aparecia *ss* como intervocálico em *devesse* por *deve-se; posesse* por *pose-se, faziasse* por *fazia-se.*

Quanto ao caso de *fasa*, lembra que "não dispunha o alfabeto comum senão de um símbolo único tanto para o *r* leve, como para o *r* rolado. A duplicação da letra no segundo caso foi o engenhoso expediente que ocorreu para diferençar *carro* de *caro*, *ferro* de *fero*". "Impunha-se igualmente — prossegue o aludido gramático — a necessidade de representar de maneira diferente *s* surdo e *s* sonoro. Resolveu-se o problema, grafando *rosa, caso, cousa* e, de outra parte, *nosso, vosso, possuir*".

A respeito de certas duplicações de *ll* e *ff*, desusadas na escrita moderna, acha possível que, usando-as, os antigos escritores buscassem significar que "em alguns vocábulos ou, em algumas ocasiões, a vogal junto a *ll* e *ff* recebia intonação ou icto forte, mas muito rápido" (V. "Lexeologia do Português histórico" — pags. 12, 13 e 14).

Até o século XIX não dispomos — consoante já se observou — de verdadeiros documentos literários, da autoria de filhos da região, que nos pudessem esclarecer factos importantes da história do português, entre nós. E' bem verdade que não só prezamos os documentos de valor literário, em nossas pesquisas filológicas. Por ventura outras revelações gráficas, mormente cartas íntimas daqueles que nasceram e viveram sob o céu do Ceará, em épocas remotas de sua história, nos sirvam de igual maneira, expostas a exame cauteloso, a uma crítica comparativa meticulosa e prudente. Mas nada de importante a esse respeito conseguimos descobrir. E assim ingressamos no século XIX, sem que as letras no Ceará, dadas as condições sociais e económicas da região, apresentassem os primeiros frutos dignos de apreço.

Não se poderá, todavia, esquecer que na Capitania demoraram algum tempo, em obra de catequese, jesuítas da estirpe do Padre António Vieira, "cujo verbo divino — na expressão de António Sales — reboou em meados do século XVII pelas quebradas da Serra de Ibiapaba, casando-se ao gorgear dos pássaros selváticos". Não ignoramos que tais sacerdotes se esforçavam por aprender e divulgar o idioma dos selvícolas, com que entravam em contacto. E sabemos da importancia de Vieira na história literária de Portugal, como figura notável do seu período clássico.

A nosso ver, ninguém, todavia, mais longe de contribuir com a sua obra literária para a elaboração deste escorço histórico, pois julgamos que a linguagem dos nossos primeiros colonizadores talvez fosse mais próxima da que se encontra em documentos literários anteriores á época em que floresceu o padre magnífico. "Os colonos do Brasil — escreve João Ribeiro — trouxeram no século XVI as mesmas qualidades e a mesma linguagem idiomática dos precursores da época clássica; muitos dos chamados brasileirismos de expressão, e até de prosódia, acham-se em perfeita concordancia com certas peculiaridades dos séculos XIV e XV"... "Se o influxo dos *quinhentistas* — prossegue — pouco se exerce na prosa, é razão principal

que as obras daquele tempo em regra tinham pequeno e escolhido número de leitores, corriam manuscritas e muitas (quase todas) houve que vieram a lume dez, vinte, trinta anos depois de compostas, e não em pequeno número foram publicações póstumas, como as de Ferreira, Sá de Miranda e outros" (V. "Selecta Clássica", pág. 3).

Evidentemente, tendo sido o jesuíta o primeiro factor de contacto cultural do povo dominante com o dominado, foi também o iniciador da imposição da cultura superior e, assim, a ele caberia dissolver elementos culturais primitivos, aos quais pertencem as línguas indígenas em palpitação de vida.

Mas embora afirmem cientistas que, em desacordo com as raças, que se mesclam rapidamente, as línguas, a não ser em circunstancias especialissimas, apenas se mesclam, não se poderá esquecer que dos idiomas aborígines algo substituiu, sob certos aspectos concorrendo eles para verdadeiro mosaico linguístico.

Sabe-se que brasileirismos aparecem desde os primeiros escritos sobre a nossa pátria, como nas "Cartas do Brasil", do Padre Manuel da Nobrega.

Arthur Neiva observa que, numa epístola da Baía, datada de 1549, o vocábulo *moqueados* já figura, sendo este, na sua opinião, o primeiro brasileirismo em trabalho publicado em língua portuguesa. (V. "Estudos da Língua Nacional", pág. 3). No "Tratado descritivo do Brasil", de Gabriel Soares (1587), há uma série de expressões brasileiras, provenientes de designações aplicadas pelos indigenas a plantas, animais e coisas. É, sem dúvida, um trabalho de importancia para quem se proponha a estudar o assunto.

De outro lado, já mereceram referência alguns factos linguísticos ocorridos com vocábulos tupis em sua passagem para o idioma brasileiro. Renato Mendonça cita alterações fonéticas, de vocalismo e consonantismo, além das contribuições morfológica e lexicológica. (V. "O Português do Brasil", págs. 160 e 172).

Aliás, pertencemos ao número dos que não acreditam, pelo menos em relação ao Ceará, que nos núcleos de colonização a *língua geral* ou qualquer outra língua indígena fosse falada preferentemente, até começos do século XVIII, ou mesmo que se registasse a proporção de três para um, do tupi para o português, consoante pretendeu Teodoro Sampaio. Devemos lembrar que o selvícola, principalmente o tapuia, era considerado um inimigo, que necessitava de ser exterminado, sendo feroz a caça que lhe moveram os colonizadores do Ceará, a qual, acrescida de outros factores, contribuiu para o seu gradual desaparecimento. Dissemos que os aborígines eram julgados inimigos, mas não é o bastante; João Brígido informa que o governo "os considerava ladrões e procurava limpar deles o interior da Capitania, desde que os expelira do litoral".

Mas, enquanto eram assim perseguidos os inadaptados, a própria administração portuguesa tentava depois facilitar o cruzamento com o elemento invasor, sendo digno de nota um alvará de 4 de Abril de 1755, em que

"no intuito de prover ao incremento do Brasil, declara que não produzia infamia o casamento com índio e ao contrário seria isto motivo de consideração e preferência para os cargos públicos". (V. "Ceará — Homens e factos", pág. 409). Ora, este facto não vem contrariar a observação de que persiste no íntimo dos colonos certo sentimento de prevenção contra o aborígine, de, pelo menos, má-vontade quanto a uma cabal aceitação...

Ao nosso juízo, antes esboçado, não chegara a ser nenhuma língua indígena a fala dominante entre os elementos dos nosos núcleos civilizadores, pois em *algum* documento vindo até nós dos séculos da Colonização—caso prevalecesse a hipótese de Teodoro Sampaio—haveria de se achar reflectido de maneira mais pronunciada o idioma dos gentíos. Causa até admiração que, havendo tal predominancia na línguagem falada, *só* adoptassemos como meio de expressão escrita o outro idioma.

E' verdade que alguns trabalhos podem ser apontados em idioma indígena, mas, como acentuou Luís Aznar a popósito da bibliografia histórica americanista, são em geral escritos para os fins da evangelização. (V. "Precursores de la Bibliografia Histórica Americanista". In "Humanidades" — da Universidade de La Plata — Tomo XXVIII, pág. 289 — Ano 1940).

No Paraguai — descontando nessa comparação quaisquer divergências de ordem cultural — país, onde são usados dois idiomas, o espanhol, língua culta oficial, e o guarani, que é também falado nas próprias cidades mais adiantadas, já Eliseu Réclus observava que em alguns jornais eram publicados artigos e poesias no idioma indígena. (V. "Nouvelle Géographie Universelle", pág. 530, XIX tomo — 1894).

Entretanto, o que vemos sempre, em nossos documentos, de qualquer natureza, mesmo de carácter privado ou íntimo, é o português antigo, embora já surjam algumas corrutelas gráficas, que podem sugerir alterações prosódicas da língua portuguesa transplantada ao ambiente americano (2).

Referindo-se á língua dos bandeirantes, pergunta um de nossos jovens filólogos: — "Como explicar-se, por exemplo, a persistência de vocábulos quinhentistas no dialéto caipira em São Paulo? Por ventura é crível que tal dialecto só aparecesse no século XIX? Seria possível, então, conservar arcaísmos lusos dos séculos anteriores?" (Joaquim Ribeiro — "Origem da Língua Portuguesa", pág. 183). Interpelações que, sem dúvida, podem ser adaptadas ao nosso caso regional.

Mas, ocorrendo embora o predomínio do idioma culto, vestígios das línguas indígenas permanecem no linguajar brasileiro, podendo-se não apenas assinalar indiscutíveis factos lexicológicos, como também outros, que fazem supor uma penetração íntima dos dois sistemas linguísticos, factos esses que interessam o elemento interno da linguagem, com suas delicadas complicações — como escreve Vendryes. (V. El lenguaje" — Edit. Cervantes. Barcelona, 1943 — pág. 385 e segs.).

Sabe-se da importancia do "afectivo" na linguagem, como ele se

expressa através de recursos sintáticos e morfológicos destacadamente, e sendo assim, como esquecer a parcela indígena, bem como a africana, que entrraam na elaboração da nossa psicologia de mestiços ?

Uma atitude que julgamos de relevo consiste em chamar a atenção dos nossos pesquisadores — linguistas para um melhor conhecimento dos portugueses que contribuiram a alicerçar a nossa linguagem.

— De que zonas de Portugal procediam os lusos que, em maior escala, primeiro habitaram o território cearense, constituindo os núcleos básicos da nossa população ?

Sabe-se que modificações na linguagem ocorrem de uma para outra região de um país, sendo de registo mesmo em Portugal a existência de mais de um dialecto com características próprias. Seria importante fosse bem esclarecido aquele ponto histórico, a fim de podermos, através de documentos por ventura existentes, tentar uma reconstituição mais segura da fala portuguesa que estruturou o nosso linguajar. Tarefa esta, que seria um tanto árdua e, pois, impossível de realizada em trabalho assim breve e despretencioso.

Mas, voltemos á história própriamente literária do Ceará.

Sendo, como fez notar João Brígido, uma capitania cuja história se desenvolveu em grande parte á volta do absorvente problema da fome, e cuja vida social não apresentava essa ambiência propiciadora á germinação e crescimento das letras e das artes, o Ceará não sincronizou com as correntes literárias dominantes no País, e até os primórdios do século XIX nenhum escritor nos revela que mereça a deferência dos historiadores.

Segundo o Barão de Studart, é da autoria do naturalista Feijó o primeiro livro ou folheto escrito no Ceará. Vale a pena transcrever o trecho onde se acha esta assertiva: — "18 *de Junho de* 1825 — José Félix acusa ao Ministro dos Negócios do Império o recebimento da Portaria de 23 de Fevereiro, acompanhada da Memória do naturalista Estanislau (?) João da Silva Feijó sôbre o Gado lanígero do Ceará e diz que para vulgarizá-lo tanto quanto possível mandava imprimí-la para distribuição entre os lavradores e criadores da Província.

Penso que a Memória de Silva Feijó foi o primeiro folheto ou livro impresso no Ceará.

Feijó é o autor da "Memoria sobre a Capitania do Ceará escripta de ordem superior pelo Sargento-mor João da Silva Feijó. Naturalista encarregado por S. A. R. das investigações philosophicas da mesma." (Tomo especial da *Revista do Instituto do Ceará,* 1924. — "Parte cronológica" — Barão de Studrat; pgs. 180 e 181). (3)

A memória sobre a Capitania do Ceará, além de uma "Introdução", apresenta 3 artigos: o 1°., intitulado "Da Corografia do Ceará"; o 2°., "Do Físico"; e o 3°. "Do político do Ceará". E' realmente um trabalho interessante — como fez notar o já citado Paulino Nogueira — e revelador de um espírito lúcido e claro, afeito aos estudos científicos. Apresenta, não obstante, alguns pontos discutíveis ou erróneos, e se mostra

ás vezes incompleto, maximé quando se ocupa de alguns aspectos da fisiografia regional.

Tratando da etnografia e da demografia cearense, fornece preciosos dados, cujo interesse histórico não é possivel ocultar, valendo a pena a sua enumeração. Assim, Feijó nos informa que, á época, a população do Ceará montava a 150.000 habitantes de todas as classes, compreendida esta população em 18 vilas, 5 de índios e 13 de não índios, além de algumas povoações. Chama a esta população de "diminuta e desfalecida" e fala no "atrazamento" da capitania, apesar de povoada há mais de 200 anos. E refere que seus habitantes, "pela maior parte de péssima qualidade" ou são índios originais da região, ou *cabras,* "provenientes dos índios com os negros, cuja raça indígena, constitui o maior número dela"; outros, em diminuta parcela, são nascidos dos índios com os brancos, verdadeiros *mamelucos,* "porque há outra raça impropriamente assim chamada, proveniente da mistura de outras, digo, de todas as outras classes entre si". Por fim, regista em quantidade menor ainda os *brancos,* "oriundos de Portugal".

Do aspecto estilístico propriamente o aludido trabalho de Feijó quase nenhuma importancia oferece, encarado como obra brasileira, menos ainda cearense. Homem culto, educado e residente durante vários anos em Portugal, apesar de brasileiro, o seu estilo é o bom estilo português da época. Feijó escreve quase como escrevem os nossos escritores modernos que prezam as lições dos gramáticos. Apenas se diferencia pelo emprego de uma que outra expressão caída em desuso, e pela extensão dos períodos, alguns dos quais formados de mais de cem palavras. Mas é relativamente claro e não se afeiçoa á órdem inversa.

Não obstante a ausência de qualquer tipismo, de acentos peculiares á nossa gente, a obra de Feijó algo interessará quanto aos estudos da toponímia cearense. E' assim que refere os seguintes nomes corográficos: *Monseró* (Mossoró); *Iguaraçu; Serra Grande* (Serra da Ibiapaba); *Cariris Novos* (Crato); *Biapina* (Ibiapina); *Cratiux* (Crateús).

A propósito desta última denominação lembramos que, embora as pessôas cultas de Fortaleza e outras cidades do Estado pronunciem *Cratéús* ou *Cratêús,* em obediência á grafia dos mapas e compêndios modernos de Geografia cearense, temos ouvido inúmeras pessoas do interior, sertanejos especialmente, pronunciar *Cratiú* ou *Cratiús.*

Paulino Nogueira grafa *Carateús.* Na monografia de Feijó aparecem ainda: *Iguape, Aracaty, Mucuripe, Fortaleza, Parazinho, Tapagé* (Itapagé), *Curú e Camossim,* como nomes de enseadas e barras de rios; *Sobral* (vila de); *Icó* (vila do); *Lavras da Mangabeira* (nome antigo da actual comarca de Lavras), sobre que escreve Nogueira: "Veio-lhe o nome de Lavras das que pelos meados do século pasado fizeram os sertanejos mineiros de Minas Gerais"; *Vila Nova do Príncipe* (Tauá: o mesmo *São João do Príncipe,* nome com que essa aldeia passou a vila em 1802); *Ubajara; Curumatan* nome de um riacho aurífero no Ipu);

Juré (hoje no termo de Ipu); *Vila Nova de El-Rei* (nome com que passaram a vila as antigas aldeias do Ipu e Campo Grande).

Ainda são citados outros nomes geográficos, afora um grande número de denominações de vegetais e seus produtos, existentes no Ceará por essa época, dentre os quais referimos os seguintes, de procedência indígena: *massaranduba, pequiá, jatahy, coroatá* (croatá), *tatujuba, jucá, embiratanha, hipepacuanha,* (ipecacuanha). Menciona também o *pau branco,* o *pau pereiro,* o *pau ferro,* a *purga de quatro patacas,* o *velame,* o *barbatimão,* a *quina-quina,* o *mechoacan,* a *spigelia* ou *lombrigueira,* o *cedro,* o *angico,* a *aroeira,* o *pau de arco,* o *rabuge,* o *gonçalo-alves,* etc.

E é tudo quanto de interesse ao nosso estudo oferece a obra do naturalista Silva Feijó.

Em 1813 destacam-se como primeiros escritores, prosadores e poetas, do Ceará: José Pacheco Espinosa, Cónego António de Castro e Silva, Pedro José da Costa Barros, Padre Lino José Gonçalves de Oliveira e Manuel Correia Leal, que se reúnem nos célebres "oiteiros", saraus literários sob a presidência do Governador Sampaio, e que representam os "árcades" do Ceará, no dizer de um historiador. Nessas odes e sonetos, nessas orações louvaminheiras, nada encontramos, porém, que interesse como expressão literária regional, nem mesmo brasileira. Pura imitação, já retardatária, de géneros e estilos que tiveram a sua voga no além-mar. (V. "Associações literárias e científicas no Brasil, e particularmente no Ceará — Oiteiros" — Dolor Barreira. In "Revista do Instituto do Ceará" — Tomo LVII — 1943).

Através da imprensa podemos apreciar, em seguida, algumas manifestações literárias, nessas terras assoladas periódicamente pelos flagelos climáticos das secas. Foi o "Diário do Governo" o primeiro jornal que circulou no Ceará, saindo o seu número inicial em 1 de Abril de 1824. Redige-o o Padre *Inácio Loiola de Albuquerque Melo,* sendo também nessa época a instalação da primeira tipografia, na Província. (V. Datas e Factos para a História do Ceará" pelo Dr. Guilherme Studart — 2°. volume — pág. 11). Representa Loiola, sem dúvida, o primeiro jornalista cearense, havendo sido também botanico, latinista, pregador e poeta, que compôs um poemeto sarcástico, ridicularizando algumas notabilidades locais.

A seu respeito discorre João Brígido: "Poeta lírico, pregador sagrado, escritor político, jurisconsulto e botanico, deixou escritos importantes, dos quais apenas foi publicada a sua oração recitada por ocasião da fantástica elevação do Brasil á categoria de reino". "Suas poesias perderam-se quase todas. Apenas algumas foram conservadas, porque os apaixonados do seu estro as decoraram. Ficaram, porém, desfiguradas pelo correr dos tempos. Possuimos uma bela ode á revolução de 1817, outra oferecida ao desembargador João António Rodrigues de Carvalho e os fragmentos de algumas rimas, mimosa composição que tem por assunto — Vila Nova. Consta-nos que existe ainda, do mesmo autor,

uma memória sobre a carnaúba, trabalho de merecimento e igualmente raro" ("Biografia do Padre Mororó" — João Brgido).

Apesar de bastante elogiado pelo historiador, não queremos crer a sua obra viesse a servir, como documento de significado original, ao nosso estudo.

Viveu aludido sacerdote um ano somente depois da primeira circulação do seu jornal, pois vai fusilado em 30 de Abril de 1825.

O que há de interessante a registar, nesta oportunidade, de expressão onomástica, é que Loiola adotou o cognome *Mororó*, designação indígena de uma planta cearense, em substituição ao verdadeiro, levado, como outros brasileiros, por um ímpeto nativista de reacção a Portugal.

Depois do "Diário do Governo" surgiram nessa primeira metade do século XIX o "Semanário Constitucional", o "Cearense Jacaúna", o "Correio da Assembleia Legislativa", a "Gazeta Cearense", o "Clarim da Liberdade", este em Aracati e, por último, o Pedro II e o Cearense, que merecem certo destaque, porque neles já se fazia sentir uma noção mais clara, mais normal, de imprensa, não obstante servirem ainda de válvula ás explosões de degradante politicagem que envenenou o cenário da nossa vida pública.

Desses órgãos da imprensa local aquele que pudemos compulsar mais frequentemente, e que bastante nos serviu para facilitar o esboço de uma visão do quadro social e político dos fins da primeira metade do século XIX, no Ceará, foi "O Cearense", fundado por Pompeu, espírito superiormente dotado.

Nada, porém, em suas páginas, que mereça especial atenção, pelo carácter verdadeiramente estilístico, sendo o jornal escrito na linguagem portuguesa culta, com uma ou outra peculiaridade brasileira.

Surgem em alguns exemplares, no meio das diatribes políticas em que se digladiam os partidos *chimangos* e *caranguejos,* de algumas transcrições de outros jornais, ou de insulsas traduções poéticas, as cartas de Braz Pitorras ou Pictorras, sátira política composta em versos que, não obstante Antônio Sales julgar possuidores de "chiste espontaneo e forma elegante", não nos causaram impressão de verdadeira obra literária. Anacronicamente reveladores de certos laivos classicistas quando, mesmo em nosso País, o romantismo já oferecia alguns frutos, e se iniciara o período da literatura brasileira a que Ronald de Carvalho classifica de *autonómico.*

Para formularmos uma ideia de como deveria ser a linguagem popular áquela época muito mais concorreu o exame que fizemos dos anúncios, principalmente de negros fugidos, e de outras notícias esparsas aqui e ali, de carácter local.

Lembramos, antes do mais, a existencia de certas expressões ainda hoje circulantes, bem como a de outras que já desapareceram da fala popular. Entre as primeiras referimos: — *vendelhão* (vendilhão); *quina* (esquina); *caboculinho* (caboclinho); *cacundo* (corcunda); e, entre as

últimas, *camapé* (sofá); escravo *retórico* (conversador, palrador); *samangolé* (referindo-se a escravo); *janduim* (insecto venenoso); *patacho, sumaca* (embarcações); *alferes* e sargento *vago mestre* (postos militares hoje inexistentes); *chimangos* (partidários políticos), nome, aliás, que não ocorria apenas no Ceará, sendo aplicado também aos *liberais,* adversários dos *caramurus* (portugueses), em Minas. (V. "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", de Candido de Figueiredo — 4a. edição). Nos livros de "registros" de 1824, existentes no Arquivo Público do Estado, de diversos ofícios do govêrno, encontramos frequentemente as expressões *almotacé* e juiz *almotacé,* indicando uma autoridade de função pública.

Citamos, ainda, casos fonéticos da pronúncia popular cearense de hoje, reproduzidos na grafia dos jornais da última década da primeira metade do século XIX: *péis* (pés); *algudão* (algodão); *comboi* (comboio); *causo* (caso),como na expressão: "fica sem vigor *causo* apareça"; *corridios* (corredios); *apás* (pás), etc. Em uns versos do aludido Braz Pitorras, dirigido a Inês Sensata da Cruz, com a data de 16 de Março de 1848, deparamos com a rima de *mais,* advérbio, com *dás,* verbo *dar,* em acordo com a pronúncia popular da região.

— "Minha Ignês, não posso mais
Tanto silêncio guardar
Novas tuas não me dás"...

O termo *engajamento,* acto ou efeito de *engajar,* que Candido de Figueiredo considera um neologismo derivado do francês *engager,* era usual áquela época. Pelo menos é encontrado inúmeras vezes em documentos de carácter administrativo: *engajamento* de arquitecto, *engajamento* de médico, etc. Hoje vigora, comumente, em seu lugar, a expressão *contrato,* apenas circulando o termo de referência a soldados ou praças.

Os anúncios de escravos fugidos, de que acima falamos, muitas vezes começam com os seguintes dizeres: "Fugio a F. de tal", construção que hoje seria substituída, na linguagem popular, por: "Fugiu de F. de tal", ou melhor, "Fugiu da casa de F. de tal".

Na antroponímia salientamos os nomes *Roiz* — "Cel. Vitoriano Roiz Pires" — abreviatura do patronímico Rodriguez — citado mais de uma vez em "O Cearense", e *Fontanelles,* que julgamos corresponder ao actual Fontenelle.

Acerca da ortografia, pelo que colhemos á leitura desses documentos, cabe-nos referir: que a vogal átona *e* aparece substituída por *i,* e o *o* por *u,* em vocábulos do tipo dos que atrás apontamos, embora o último facto ocorra reduzido número de vezes; que *uma* já não vem escrito *hua* ou *ua,* e sim, *huma*; que a grafia *Ceará* já é a dominante; a persistência de *Acaracu,* em vez do moderno *Acaraú;* e esporadicamente, duplicações de letras, hoje desusadas, bem como casos de impropriedade, anacrónicos, como na grafia *lãa* (lã). (A propósito, lembramos que Saíd Áli, ao

tratar de certas formas femininas, como *irmãa,* observa que se pronunciou a princípio *ã — a,* separando a desinência da nasal temática).

Queremos crer que, então, a linguagem popular já fosse mais ou menos caracterizada, pelas diferenciações sintáticas, morfológicas, fonéticas, e léxicas, que manifesta com relação á fala portuguesa.

E' mistér acentuar que nunca apresentamos, provavelmente, um tom culto na linguagem falada, e que a tendência desta foi sempre para o vulgarismo. Reflexo do meio, que permaneceu inculto durante vários séculos, com a instrução pública, secundária e superior, bastante retardada, tão diverso do que se observou em certas colónias espanholas, como o pequeno São Domingos, em que desde o século XVI funcionam Universidades. (V. "La Bula in Apostolatus Culmine del Papa Paulo III" — PUBLICACIONES DE LA UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO — Editora Montalvo — Ciudad Trujillo — 1944. Cf. Urena — op. cit. — página 35).

Basta referir que só em 1845 foi instalado o Liceu do Ceará, primeiro estabelecimento oficial de educação secundária na Província.

Será, todavia, oportuno lembrar possíveis determinantes culturais, de raiz psicológica, que diferenciam o povo português do espanhol, como elementos colonizadores. No segundo, um orgulho não apenas étnico, mas, própriamente de substancia cultural, gerando certo "espírito aristocrático", que não permitiria a grande vulgarização, um acesso mais profundo e extenso das culturas primitivas. Nem a larga mestiçagem ou, mais justo, "combinação" de raças, nem um rebaixamento plebeu ao nível expressional de certas revelações linguísticas das populações colocadas em plano social e cultural tão inferior...

Tornemos, porém, ao exame dos documentos ora focalizados.

Só não encontramos, em trabalhos assinados por pessoas cultas, acerca da colocação de pronomes, o ínicio da frase pelo pronome oblíquo, pois essa é uma peculiaridade que, embora usual na língua falada, qualquer um mediamente culto sempre evita na escrita, dada a sua vulgaridade.

Todas as outras características brasileiras que Candido de Figueirêdo e Gonçalves Viana apontam, como inexistentes em Portugal e, destarte, erróneas, já são frequentes, da mesma forma que actualmente. Nas primeiras obras de autores cearenses, que viveram no Ceará, já se nos deparam as construções referidas. Exs.: "a que prestei-me"; "que S. Excia. reconhecia-me" ("Ensaio Estatístico da Província do Ceará" — Tomás Pompeu de Sousa Brasil — 1858). Neste autor, bem como no Dr. Carreira, que o precede, já impera a confusão no emprego dos verbos *ter* e *haver,* tão da nossa linguagem, ao ponto de Renato de Mendonça afirmar que "a construção brasileira já consagrou a função impessoal do verbo ter, que varreu do campo *haver*" (V. "O Português do Brasil" — página 265).

No volume "Descrição da Epidemia de Febre Amarela", de autoria do Dr. Liberato de Castro Ferreira, vindo á publicidade em 1853, achamos

logo á página 3: — "em que não tinha lugar". Do mesmo autor, em uma "crónica médica" publicada em "O Cearense" de 5 de Junho de 1848, encontramos a seguinte construção: "querendo-se livrarem deste trabalho preferem irem tirá-la na lama". Tanto em oxítonos como paroxítonos, compondo sílabas finais da 3a. pessoa do plural em certos tempos de verbos, era o ditongo nasal grafado *ão*, distinguindo-se apenas pelo sentido o pretérito (perfeito e mais-que-perfeito) do futuro, do indicativo, nos casos em que faltava a acentuação na sílaba tónica do primeiro. Assim, escrevia-se *fugirão* e *fugirão, vencerão* e *vencerão, guardarão* e *guardarão*, se bem que os vocábulos fossem lidos diversamente.

Acontece porém que, visando estabelecer a distinção, houve quem usasse de um curioso processo: — acentuar o *a* do ditongo nasal *ão* e pôr o til sobre a vogal anexa (*encontraráõ*) sendo bem mais razoável que o acento recaisse sobre a vogal da sílaba tónica (*encontrárão*), o que, aliás, era o habitual. Escreve-se hoje: — *encontraram*, sem nenhuma acentuação.

Essas grafias em *ão* perduraram muitos anos, sendo encontradiças ainda em 1878, na apreciável obra "Crítica e Literatura", da autoria do escritor cearense Rocha Lima, bem como os ditongos finais tónicos *eu* e *iu*, da ortografia moderna, escritos não raro *eo* e *io*, respectivamente. Exs.: — "ao qual *vio-se* obrigado" (pág. 20, op. cit.,); "como o autor não *pretendeo*" (pág. 67, Ibidem).

Acerca das formas *huma, hum, he* (é), que surgem em vários artigos publicados em "O Cearense", lembramos aqui estas considerações do filólogo M. Saíd Áli: — "Denotaria o *h* inicial antes o pequeno esforço com que proferiam, ou supunham proferir, a vogal inicial de alguns vocábulos. Isto ressalta sobretudo dos monossíbalos *he, hu, hi* (ainda hoje *ahi*), nos qúais se respeitou esta escrita ainda muito tempo depois de modernizado o sistema ortográfico medieval" ("Lexeologia do Português Histórico" — pág. 15).

Pacheco da Silva Júnior, a propósito, comenta: "As formas *ho, ha*, que durante os sécs. XVI e XVII lutaram com as actuais, foram introduzidas pelo pedantismo clássico que foi buscar no grego a origem do nosso artigo. Daí o grafarem *ho, ha*, ou talvez do então arbitrário e estúpido emprego do *h* (*he, hum....*)". ("Noções de Semantica", página 142).

"O espírito da Renascença, aproximando-se mais do latim, — observa o mesmo autor, ainda no trecho citado — suprimiu *h* em algumas palavras, e restabeleceu-o em outras. Ficaram algumas excepções, como as que acabamos de mencionar, com a dita letra, e sem ela outras que etimológicamente a deveriam ter".

João Brígido, no livro "Ceará — Homens e factos", escrevendo sobre as "modas, folgares e novidades do tempo", que não era outro senão o

primeiro quartel do século XIX, refere muito dado valioso para uma reconstituição da vida social naquele período. E, á medida que escreve, vai enumerando diversas expressões; que então vigoraram, e já hoje estão desaparecendo da linguagem normal (V. op. cit., — págs. 239 a 243).

Citamos as seguintes, que dizem respeito a elementos da indumentária: — *rudaque,* espécie de casaca de abas curtas; *robissão* (sobrecasaca); *duraque, lila* e *xila,* nomes de tecidos usados na época; *timão,* camisola comprida; *barragana,* designação de uma fazenda de lã espessa, quadriculada; *encapelações* e *bibio* (referentes a chapéus).

Dentre essas denominações encontramos apenas no Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, obra recente: *duraque, timão, robissão. Ginete* era o termo aplicado a uma sela com duas saliências, atrás e adiante. Ainda hoje se usa a expressão no Nordeste, para indicar a sela dos vaqueiros. *Belbutina,* nome de um tecido, aparece então como *velbutina.*

Também sobre a indumentária, colhemos estes vocábulos, que se referem a tecidos do vestuário feminino: — *tuquim, cabaia, guingão,* dos quais o primeiro não aparece mesmo no Dicionário de Candido de Figueirêdo (4a. edição), e é nome de um tecido usado áquela época.

Outras palavras extraídas do trabalho de J. Brígido: — *sitoé, durguete, cacundé, matames, ló, riquififes, memórias, ganga, antilhas,* nome de uma sela usada pelas senhoras.

O primeiro não consta do Peq. Dic. Bras. nem do Dic. de Candido de Figueirêdo, não obstante significar objecto de valor, ao ponto de constar uma dessas capas de um inventário, como bem de herança.

Não vimos também nos léxicos do idioma a palavra *requififes,* com a significação de cordões de ouro, cheios de emblemas e enfeites, e sim, o verbete *requife*: — fita estreita de passamanaria ou cordões de bicos para enfeitar e debruar".

Ainda ocorre a forma citada por João Brígido, no Ceará, mas houve uma como generalização do particular: *requififes* equivale a toda espécie de enfeites exagerados do vestuário. A respeito de *memórias,* com aquela accepção de "aneis de peso", lembramos que Candido de Figueirêdo refere o termo como antiquado, significando "anel comemorativo".

Trata-se de um caso de concreção, em que um substantivo abstrato passa a significar objecto material.

Ocupando-se dos folguedos populares, que considera rudes como o próprio povo, o historiador aludido anota os seguintes: — o *pagé,* representação de cenas da vida selvagem; o *batuque,* dança africana; o *fandango,* cenas do mar; as *touradas;* as *corridas á argolinha;* o *papangu,* procissão carnavalesca, denominação esta que ainda alcançamos em Fortaleza, aplicada de modo amplo aos mascarados que saíam á rua pelo Carnaval, hoje já começando a desaparecer da circulação com esse sentido, e usada mais em accepção translata, referida a um tipo qualquer trajado extravagantemente, a uma mulher com vestido de cores berrantes.

Concorreram, destarte, para diversão do povo cearense folgares que procedem de três origens: europeia, africana e indígena, as mesmas que constituem o nosso substrato cultural.

Examinando ainda as páginas da História cearense deparamos com outras expressões, que circularam na região em tempos idos, das quais organizamos a lista que se segue: — *almotacé* — inspector de pesos e medidas, que taxava o preço dos géneros alimentícios. Nos livros de "registros" de 1824 a 1825, existentes no Arquivo Público do Estado, os termos *almotacé* e juiz *almotacé* são ainda usuais, indicando aquela autoridade de função pública; *bonitos* (de prata)—adorno das cabeçadas das selas — ginetes. Índice do luxo e ostentação que havia nas comitivas dos ouvidores e nas cavalgatas que lhes saíam ao encontro nas localidades por onde passavam; *casa forte* — residência, na época colonial, de mandatários ou ricos senhores de terras;

caranguejos — oposicionistas, que tendo como chefe João Baptista Caminha, em 23 de Novembro de 1840 invadiram a vila de S. Bernardo, prenderam as autoridades e cometeram atrocidades inauditas;

carneirada — flagelo dos climas excessivamente quentes e saturados de humidade do Piauí e fronteiras;

cazumbá — nome de tropas, aplicado pelas populações sertanejas, por ter sido parte delas comandada por José Gomes Cazumbá, á época da Confederação do Equador;

corcundas — portugueses e nacionais que formavam o partido chamado anti-patriótico, na época da Confederação do Equador;

chimango ou *ximango* — nome aplicado aos "alencarinos", por analogia com os rebeldes do Rio Grande do Sul. Os *alencarinos*: partidários políticos de Alencar;

coringas — os soldados do exército, á época do citado governo;

equilibristas e caracarás — divisão do partido político dominante em 1844;

homem de bem — homem de posses, de tratamento, poderoso, na linguagem popular de séculos passados;

janeirinas — devassas abertas em janeiro; consistiam em um inquérito sobre todos os delitos que anteriormente se tivessem dado, mesmo em assuntos tidos hoje como de vida privada e pecado mortal. Eram chamados a jurar trinta indivíduos, que por esta ocasião denunciavam seus inimigos, ficando a localidade toda envolvida em terrores e perigos;

mestre-régio — era nomeado em Lisboa pela mesa Censória, em nome do rei, que lhe assinava a provisão. De ordinário, a mesa expedia ordem ao ouvidor, para fazê-lo examinar e prover por um ano, enviando para Lisboa o resultado do exame. Em vista deste, passava-se título por seis anos. Os vencimentos eram recebidos na junta de fazenda do Recife. Havia o ensino de *latim* e o de *ler e contar;*

pé-de-pocira — tropa que não envergava farda, mas, como os outros paisanos a serviço do presidente Alencar, vestia a usual camisa e ceroula,

ou se apresentava de calça e gibão de couro . Parte dela andava descalça, donde a denominação;

ripardo — nome por que veio a denominar-se o cisma liberal, nos anos que se aproximam da época da Abolição;

repúblicos ou homens bons — os habitantes da localidade, de maior prestígio ou mais posses;

subsídio — imposto de 4$000 sobre pipa importada de aguardente;

serenos e xios — numerosa quadrilha de malfeitores, que se concentrou no Município de Crato, em 1849.

Encontramos ainda, referidas por J. Brígido, as expressões:

Major-gonçalo — bandos de malfeitores, protegidos pelas autoridades que assaltavam as casas dos amigos do Pres. Alencar, cometendo mil atrocidades; *oficinas* — o mesmo que charqueadas, as quais sustentaram um profuso comércio de carnes, chamadas do Ceará, no século XVIII, principalmente em Aracati, até sobrevir a seca trienal de 1792 que, desde a Baía, devastou o norte do Brasil; *quinto* (de cativos) — taxa que os bandeirantes ou conquistadores eram obrigados a pagar ao tesouro real.

Nota-se, pois, como deve interessar o estudo dos brasileirismos ou termos formados no Brasil, que com o tempo se arcaizaram. Morreram várias dessas expressões, algumas das quais saíram do uso por não preencherem mais a sua finalidade linguística, desaparecendo ou sendo esquecido o objeto que as motivara.

"O desaparecimento das palavras — escreve Pacheco da Silva Júnior — concorre para a evolução da língua tanto quanto a força neológica. São várias as causas da eliminação: — a inutilidade (perda da ideia ou do objecto expresso pela palavra); a tendência para a variabilidade, e para isso muito concorre a sinonimia (*agro* — campo, *punçante* — pungente); o uso, a moda, a ignorancia, o pedantismo literário, a tendência pejorativa, que ás vezes chega a dar ao vocábulo sentido plebeu ou obsceno (*feder, rabo, corno...*).

Ás vezes a palavra perde toda a primitiva significação; outras, apenas accepções acessórias — *boiar* (levantar-se com referência ao mar...), *benzer* (*abençoar*)..." ("Noções de Semantica" — pág. 175).

Antes de tornarmos á verdadeira literatura no Ceará, cuidaremos de uma expressão, cuja origem, no passado, é devida a uma falsa percepção auditiva. Trata-se do vocábulo *cutruco,* que entre nós foi bastante usado, embora hoje o seja em menor escala, para designar o *galego* ou *marinheiro,* como ainda se diz por aquí do lusitano. O caso foi o seguinte: aí pelas primeiras décadas do século XIX, chegaram ao Ceará inúmeros estrangeiros, mandados vir da Europa para serviços em obras públicas. Entre esses, alguns colonos portugueses que, já estabelecidos na nova terra, ao fazerem as suas compras, costumavam dizer, com a prosódia que lhes é característica, após o respectivo pagamento: *"Vamos c'u truco"* (com o troco). E daí a expressão ser transferida áqueles que a usavam. Pelo menos é o que refere o nosso estimado historiador Barão de Studart, com toda a

força do seu prestígio histórico (V. "Estrangeiros e Ceará" — "Jean Seraine." In "Revista do Instituto do Ceará" — 1918).

Mas o certo é que tais casos de alteração formal não são raridade em Filologia. Termos, que são constituídos de elementos vocabulares distintos, aglutinados, cuja significação desaparece por completo.

Citamos, a propósito, o interessante caso de *anspessada,* vindo por intermédio do francês *anspessade,* das palavras italianas *lancia spezzata,* lança espedaçada (V. "O menor esforço na linguagem" — Júlio Nogueira Págs. 73 e 74).

As primeiras figuras realmente importantes das letras cearenses são Tomás Pompeu, que publica em 1856 o seu "Compêndio de Geografia", obra fadada á celebridade, e Juvenal Galeno, que editara os "Prelúdios poéticos", nessa mesma década, mas que veio, de facto, a se tornar o grande poeta venerado pelos cearenses e conhecido em todo o País, depois que lança ao público as "Lendas e Canções populares". Antes dessa obra, Galeno, seguindo aliás o conselho de Gonçalves Dias, que o orienta para a poesia popular, divulgara um poema intitulado "Porangaba", cujo *leit motiv* é encantadora lenda indígena (V. "História Literária do Ceará" — António Sales. In "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil" — 2º. volume, pág. 418).

Seria, entretanto, uma injustiça esquecermos dois nomes que surgiram no jornalismo no biénio 1857 - 1859. São eles: António Bezerra e José de Barcelos, redactores do periódico literário "Estrela", e figuras que valem indiscutivelmente, na história da literatura cearense.

Nossa atenção, apesar disso, será ocupada integralmente aqui pelo venerando bardo das "Lendas e Canções", cuja obra melhor do que qualquer outra se presta inicialmente a um estudo das manifestações linguísticas regionais.

Juvenal Galeno da Costa e Silva nasceu em Fortaleza a 27 de Setembro de 1836, e viveu a existência quase toda no Ceará, visitando a capital da República uma vez apenas, e isto sem grande demora.

A primeira série das "Lendas e Canções populares" foi composta no período que vai de 1859 a 1865, e as "Novas Lendas e Canções" entre 1866 e 1891. Posteriormente, foram ambas reunidas em um volume e editadas por Gualter R. Silva, em Fortaleza, capital do nosso Estado, volume este sobre que realizamos as observações constantes deste trabalho.

E' de grande interesse e importancia para os estudos da linguística regional a obra desse poeta, porque nela julgamos encontrar aspectos dos mais frisantes do linguajar da região, já definido e normalizado em suas revelações capitais, á época em que Juvenal Galeno compôs os seus sabo-

rosos versos. Pode afirmar-se que foi ele quem emprestou forma literária pela primeira vez, procurando gravá-las na escrita, a incontestes notas típicas da nossa dialectologia, que se vieram constituindo no decurso do tempo, e ainda hoje podem caracterizar modelos de expressão genuinamente brasileiros.

Como bem acentuou Pinheiro Chagas, em comentário crítico apenso á 2a. edição da obra citada, o vate cearense não consegue agradar quando procura a nota épica, tentando aquela poesia que nos faz lembrar um Béranger patrioteiro e retórico. Só triunfa verdadeiramente ao eleger a musa popular, vertendo no papel o delicioso nativismo das lendas e canções que arranca da alma ingénua do seu povo, a gente rude do sertão, das várzeas e das praias cearenses.

Em sua obra, a disposição comum dos períodos atende, sem dúvida, mais ao curso emocional do que á ordem lógica dos seus membros, entretanto, a pesar de haver florescido o poeta em época do romantismo, actuações realistas são patentes na sua elaboração literária.

A sua expressão acusa, em verdade, localismo, e motivos da inspiração, não raro, se integram na realidade objectiva. O que esta poesia exprime é bem da nossa percepção, são temas de sugestiva cor regional, que sentimos receberem sopro de vida aos rítmos dos versos, a que o artista logra transmitir o "acento" das nossas classes populares, mais fiéis ao sentido íntimo da paisagem.

A forma adapta-se pois á substancia, sendo meio-tosca e desartificiosa como as fontes de onde proveio.

E' a razão por que concedemos tanta importancia estilística a uma tal obra, embora não façamos aqui qualquer tentativa de investigação sistematizada dos seus valores subjectivos ou psíquicos, tal como realizam Spitzer e outros expoentes da moderna corrente "idealista".

Antes de falarmos nas inúmeras expressões peculiares ao nosso povo, de que se acha a mesma referta, assinalamos a sintaxe característica de nossa fala, que o bardo, não temendo enfrentar as iras dos gramáticos e puristas, não vacilou em reproduzir com fidelidade.

E' assim que inicia muitas orações pelo pronome oblíquo átono, como nos casos que se seguem: "me falta, sim, o dinheiro" (pág. 41); "me afirmam que sou votante" (pág. 58); "me peguem senão desmaio" (página 110); e tantos mais.

Em outros passos, apresenta a tão condenada posposição do pronome regime em oração de relativo, a saber: "... que roubou-me um malfeitor" (pág. 67); "desde a hora em que vi-a" (pág. 531).

Outro exemplo em que Juvenal Galeno adopta a sínclise corrente no Brasil: "e que vou-me desta terra" (pág. 327). Usa também a forma de dativo *lhe* pelas de acusativo *o, a*. Entre outros, citamos este exemplo: — se *vem-lhe* o noivo beijar", da poesia "A jangada", que Clóvis Monteiro já regista em sua "Nova Antologia Brasileira" (pág. 427).

Passamos a transcrever casos em que o advérbio *não* deixa de atrair

o pronome pessoal objetivo e terminativo da respectiva proposição: — "não dê-me as costas" (pág. 89); "não dava-te assim alívio" (pág. 164).

A insistência negativa, normal em nossa linguagem, surge vez por outra. Exs.: "Respondi-lhe: *não* vou, *não!*" (pág. 125); *"não* sei, *não"* (pág. 491), etc.

Uma construção comum entre o povo, que Juvenal Galeno apresenta, é a seguinte, em que o possessivo vem substituído na oração, impropriamente, pela forma pronominal oblíqua: — "que mil vezes comeu-me na mão" (pág. 193).

Outros factos de linguagem, que são peculiaridades regionais: — pluralização do nome *gente*: "Gentes, venham ver o coco" (pág. 424); certos derivados, a exemplo de *camarinha* (pág. 43); *boiadão* (pág. 121); *mocambeira* (pág. 229), *boyote* (pág. 423), *destabocado* (pág. 428), *famanaz* (pág. 431), *mangação* (pág. 432), *achamurrado* (pág. 435), *desmastreado* (pág. 438), *boquinhas* (pág. 490), *pidão* (pág. 490).

A forma *vargem*, pouco usada pelos cultos da cidade, que preferem *várzea*, é comum nas "Lendas e Canções". Note-se que os sertanejos, os incultos, costumam dizer *váge* (váji).

Alguns arcaísmos da fala plebeia actual, contidos na obra citada: — *função* (pág. 110), no sentido de festa, reunião alegre; *malino* (pág. 281); *vai* (pág. 428); *valerosos* (pág. 442).

Certas expressões, que foram bastante usadas em tempos idos e hoje já vai o povo esquecendo, emprega o bardo cearense, a saber: — *codório* (pág. 111); *teméro* (pág. 121). (V. "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa"). A propósito deste último vocábulo lembramos que o mesmo parece achar-se ligado ou relacionado ao verbo *temerar*, latinismo que Camões empregou e cuja accepção não é a mesma de temer.

Indigenismos, que permaneceram no linguajar cearense, usados pelo poeta: *tipoyas* (pág. 46); *girimún* (pág. 107); *macachêra* (pág. 108); *urú* (pág. 108); *tapuias* (pág. 238); *caititú* (pág. 279); *surucucu* (página 429); *sericóia* (pág. 461); *ubaia* (pág. 466); *pecapára* (pág. 588). (Sôbre os três últimos vocábulos v. "Vocabulário Indígena" — Paulino Nogueira. In "Revista do Instituto do Ceará" — ano I — Tomo I — 4°. trimestre de 1887).

Um nome composto, de valor regional, que recolhemos entre outros: *"João-galamarte"*, o conhecido brinquedo infantil (pág. 241).

De procedência afra registramos: — *aluá*, a apreciada bebida das festas populares cearenses (pág. 151); *banzando* (pág. 41); *mocambos* (pág. 47); vocábulos estes, cuja etimologia fixaram Renato Mendonça, Jaques Raimundo e outros especialistas em Afrologia.

O termo *cangote* surge sempre em lugar de cogote. Lembre-se que a origem da expressão usual entre nós é atribuida á influência do vocábulo quimbundo *canga* (V. "O Português do Brasil" — Rnato Mendonça — pág. 192).

Registramos ainda alguns nomes de uso e acento regional, a saber :

cabeções (pág. 42), termo que já se encontra em Gil Vicente com referência a elemento do vestuário feminino; *puxado* (pág. 43) o mesmo que *puxada,* construção que prolonga o corpo central da casa; *caritô* (pág. 43) o mesmo que *caritó,* cujos significados apresenta o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa; *terral* (pág. 51), vento que sopra de terra; *choradinho* (pág. 110), canto á viola que serve para dança; *espaço* (pág. 229), designação de boi; *fechados* (pág. 428), lugares de mato cerrado; *panasco* (pág. 428), variedade de capim alimentício para o gado; *coco* (pág. 429), dança popular do Nordeste; *barbatão* (pág. 431), rês que, criando-se nos matos, se tornou bravia; *bargado* (pág. 432), gado matreiro; *pautas* (pág. 432), no sentido de pacto; *lodaças* (pág. 435), lábias, gabolice, astúcia, etc.

O adjectivo *vasqueiro,* ainda comum entre o povo, mormente do interior, aparece na poesia de Juvenal Galeno, com o sentido de escasso, difícil de encontrar, raro (pág. 461). Da obra aludida são estas palavras, que indicam tropos de largo uso popular: *branca* na accepção de aguardente; *amarelo,* correspondente a pálido. Exs.: "da *branca* um copinho" (pág. 110); "era um rapás *amarelo* (pág. 480).

Há construções verbais que merecem assinaladas nas "Lendas e Canções populares", pela frequência no seio do povo. Em primeiro lugar citamos o seguinte trecho: "e o amo *sorri-se"* (pág. 50), voz medial acompanhada de um sentimento íntimo, que não aparece estando o verbo na forma activa.

Casos de derivação parassintética, apresentando alguns verbos de uso popular e sertanejo: *"encoivará-lo* (pág. 106); "todo o milho *apendoou"* (pág. 107); "é o meu dever *aboiar"* (pág. 229); *"engatean*do sorria" (pág. 458); "e logo *se arrancha* António (pág. 462). No penúltimo exemplo há uma corrução de *engatinhando,* mas que reflecte a pronúncia regional, diversa da do Pará e de outros Estados, onde o *nh* é articulado correctamente.

Verbos por derivação sufixal: "todo o meu arroz *cacheou"* (página 107); "voltou *escumando"* (pág. 481), etc, etc.

Formas verbais antiquadas, ainda hoje frequentes no linguajar plebeu, podem ser apontadas algumas: — *"assopra* (pág. 47); *"maginar"* (pág. 438); *"avôa* (pág. 558); *"ganhado"* (pág. 589); *"aseirar"* (pág. 105), que é registado pelo autor do Elucidário em seu "Dicionário portatil" — Coimbra, 1825.

Citaremos, ainda, construções verbais que são do gosto popular: *"se escancha* nos rastos da rez" (pág. 48); *"haja* aluá e aguardente" (pág. 151); com ele *vá tomar chá"* (pág. 225); "e *lhe abaixara o cangote"* (pág. 441); "as barras *vinham quebrando"* (pág. 462).

Com respeito á expressão *"tomara* achar quem me dera" (pág. 111), lembramos que o primeiro vocábulo assinala um dos raros Passados Anteriores Simples existentes no Brasil, o qual — como bem acentua Candido Jucá (filho) — não é empregado como verbo. *Tomara* é o mesmo

do comércio".

Além de vários trabalhos científicos, alguns não editados, publicou Feijó, relativa ao Ceará, a seguinte produção: — **"Memória Economica sobre a Raça do Gado Lanigero da Capitania do Ceará, com os meios de organisar os seos rebanhos por principios ruraes, aperfeiçoar a especie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brazil e prosperidade da mesma Capitania escripta e offerecida ao Principe Regente, Nosso Senhor, Rio de Janeiro. Na Impressão Regia, 1811, por ordem de S. A. R."**

"Alfredo do Valle Cabral — escreve Paulino Nogueira — menciona ainda nos seus **Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro** de 1808 a 1822: — **"Preambulo ao Ensaio Philosophico e Politico sobre a Capitania do Ceará para servir á sua História Geral, pelo Sargento-mór e Naturalista João da Silva Feijó, encarregado das investigações da mesma Capitania. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1810;** e acrescenta que — A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui uma "carta Topographica do Ceará à mina de Salpetra, descoberta no sitio da Tatajuba, na distância de 55 legoas da villa de Fortaleza, feita a penna por Feijó em 1800"; assim como que no Archivo Militar desta Capital existem igualmente originaes de Feijó — de uma Carta Demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de plano a sua Carta Topographica, 1810; sendo que desta tem uma copia o ministro dos negócios extrangeiros do Rio" (Ap. Paulino Nogueira — "Revista do Instituto do Ceará" — Ano II — Tomo II — Trimestre 4. de 1888 — págs. 269 a 271). Nasceu Feijó na Província do Rio de Janeiro, na então povoação de Guaratiba. Formou-se em engenharia na Universidade de Coimbra. Professor de Botânica em Lisboa. Sócio Correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Secretário do Governo da Ilha de S. Tiago do Cabo Verde, foi encarregado pelo Governo da Metrópole de estudar a colónia portuguesa da Ilha e seus produtos. etc. Chegou ao Ceará com o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, que tomou posse a 28 de Setembro de 1799, pouco tempo depois do governo português haver elevado o Ceará a Capitania independente, separada da de Pernambuco por Carta régia de 17 de Janeiro do mesmo ano. Veio como engenheiro da Capitania, incumbido de "estudar o país, suas produções, seus recursos e sua geografia".